



MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 1/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2017

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor preço Global

DATA DA REALIZAÇÃO: 26 de janeiro de 2017 com início às 09:00hs.

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.

O **MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF/RS**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Av. João Amann, 690, inscrita no CNPJ nº 87.613.485/0001-77, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento de todos os interessados que realizará, nesta unidade, Licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço - Global**, conforme objeto descrito no “**Item 1**” deste Edital e anexos, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 014/2008, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, bem como às normas estabelecidas no presente edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no dia **26/01/2017** com início às **09:00 horas**, no Centro Administrativo Municipal, localizado na Avenida João Amann, nº 690, Centro, Victor Graeff/RS, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 134/2016 de 19 de abril de 2016.

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente Licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de cadastramento e recadastramento imobiliário, abrangendo a coleta, processamento e edição de dados cadastrais, a implantação de sistema de informação geográfica, consultoria especializada, suporte técnico e assistência nos produtos e serviços de elaboração da rede geodésica, processamento de imagem de satélite e recadastramento imobiliário da área urbana do município de Victor Graeff.

1.2 – As especificações dos serviços a serem fornecidos e o detalhamento do objeto encontram-se no **ANEXO II**, o qual é parte integrante do presente Edital.

1.3 – O valor de referência é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2 – DA HABILITAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão Presencial quaisquer interessados que atenderem a



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto às de documentação.

2.2 – Em caso de apresentar-se o sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos os seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3 – Não será admitida a participação de empresas:

2.3.1 – Na condição de concorrentes, pessoas físicas ou jurídicas em consórcios e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.3.2 – Concordatárias, em recuperação judicial ou em processo falimentar, sob o concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.3 – Que estejam com o direito de licitar e contratar declarado suspenso pela Administração Pública;

2.3.4 – Que estejam cumprindo pena de Declaração de Inidoneidade imposta por qualquer ente da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 – Cada licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente identificado e habilitado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.2 – O credenciamento será feito **até as 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos) do dia 26 de janeiro de 2017.**

3.3 – A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada independentemente dos envelopes, para análise pela Equipe de Apoio.

3.4 – O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se realizado por **dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado** da empresa proponente, deverá este **apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado. Em se tratando de **sociedade comercial** ou **sociedade por ações**, deve estar acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de **sociedade civil**, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

Em se tratando de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

a.1) **em todas as hipóteses é obrigatória a apresentação de documento de identidade.**

b) se o credenciamento for realizado por **procurador ou preposto**, este deverá apresentar:

b.1) **procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, acompanhado do ato constitutivo da empresa, que comprove a legitimidade do outorgante, ou**

b.2) **termo de credenciamento** (conforme modelo no **ANEXO III** deste edital) **outorgado pelo(s) representante(s) legais** da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. **Deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.**

b.3) **documento de identidade.**



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

c) se **empresa individual**, o registro comercial, devidamente registrado;

3.5 – No ato de credenciamento deverá o licitante apresentar declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 (conforme **ANEXO VI**). Entretanto, se esta não estiver anexada, o credenciado poderá preenchê-la e assiná-la no momento do credenciamento.

3.6 – Em qualquer hipótese é obrigatória a apresentação do Contrato Social, fora dos envelopes.

3.7 – Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.8 – A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, **fora dos envelopes**, no momento do credenciamento, ***comprovante de que se enquadra como ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, registrado na Junta Comercial ou constante no CNPJ-MF.***

3.9 – Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados na sua forma ***original*** ou por intermédio de ***cópia autenticada*** por cartório ou autoridade municipal competente.

4 – DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – A proposta financeira e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte descrição:

AO MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF

ENVELOPE Nº 01 – “**PROPOSTA DE PREÇOS**”

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2017

LICITANTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA EMPRESA E Nº DO CNPJ)

AO MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF

ENVELOPE Nº 02 – “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2017

LICITANTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA EMPRESA E Nº DO CNPJ)

5 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1 – A proposta, nos termos do sub item 4.1, do Item 4, deverá ser apresentada em papel timbrado ou com carimbo de identificação da licitante, constando o CNPJ, a razão social, endereço e telefone atualizado, datilografada/digitada, datada, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas.

5.2 – A proposta deverá conter:

a) Valor global em moeda corrente nacional (real), com até duas casas após a vírgula, onde estejam incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do bem ora licitado, como equipamentos técnicos e tecnológicos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

tributários, securitários ou outros decorrentes ou necessárias ao cumprimento integral do objeto da presente licitação;

b) A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da mesma.

c) Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou não prevista neste edital.

d) Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da lei.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem ou forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e Anexos.

5.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4 – Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento acontecer sem ônus adicionais para a administração.

6 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

6.1 – O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do subitem 4.1, do Item 4, deverá conter os seguintes documentos:

6.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de *empresa individual*;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de *sociedades comerciais*;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de *sociedades por ações*, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de *sociedades civis*, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de *empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país*, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1 – Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “e” deste subitem não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no *Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)*;



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

- b) Prova de inscrição no *Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município*, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a *Fazenda Federal (CND da Fazenda Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal*, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade junto à *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- f) Certidão negativa de matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da mesma.

6.1.3 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) **Declaração**, em papel timbrado da empresa e assinada pelo representante legal, de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração Pública, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes **(ANEXO V)**;
- b) **Declaração**, em papel timbrado da empresa e assinada pelo representante legal, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos **(ANEXO IV)**.

6.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado;
- b) Comprovação de aptidão por meio de, no mínimo, 3 (três) atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, *com registro em nome da empresa licitante*, pela qual tenha sido contratada para serviços afins e correlatos em engenharia com características semelhantes ao objeto do presente certame, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluído(s). Os atestados exigidos supra mencionados deverão estar devidamente registrado(s) no CREA, de conformidade com o artigo 30, inciso II, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93;
- c) Comprovação de aptidão por meio de, no mínimo 3 (três) atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, *com registro em nome do profissional técnico, de nível superior*, pelo qual tenha sido contratado para serviços afins e correlatos em engenharia com características semelhantes ao objeto do presente certame, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ao) ser de serviço(s) já concluído(s). Os atestados exigidos supra mencionados deverão estar devidamente registrado(s) no CREA, de conformidade com o artigo 30, inciso II, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93;
- d) Indicação do responsável técnico, através de declaração da empresa, onde deverá constar no mínimo o nome do profissional e o número de registro no CREA. O profissional técnico de nível superior indicado deverá ser o único responsável técnico em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual;
- e) A licitante deverá comprovar que o profissional indicado no item anterior faz parte do quadro permanente da empresa licitante, na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta, em se tratando de empregado, através de cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no caso de sócio da empresa, através da cópia reprográfica autenticada do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social ou



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ter contrato de prestação de serviços, obrigatoriamente comprovado por meio de documentação pertinente a condição, registrada em cartório, no qual estejam fixados suas atribuições e salários;

f) Declaração de Vistoria, de que o licitante vistoriou os mapas referentes ao Perímetro Urbano do Município e o Cadastro Imobiliário, objeto desta licitação, junto a Prefeitura Municipal, assinada por representante da licitante, devidamente visada pela Secretaria Municipal de Administração, até 03 dias antes da abertura da licitação, conforme modelo **(Anexo VII)**;

6.2 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 – Os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, funcionário do município ou órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

6.2.2 – Não serão aceitos documentos via fax, nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos anteriormente mencionados.

7 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 – No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes será aberta a sessão pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – **PROPOSTA** e nº 02 – **DOCUMENTAÇÃO**.

7.2 – Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

7.3 – Durante os trabalhos somente será permitida a manifestação, oral ou escrita, da pessoa devidamente credenciada.

7.4 – A análise das propostas pelo Pregoeiro considerará o **Menor Preço Global** das condições estabelecidas neste Edital, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) por serem considerados excessivos os preços superiores a **R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)**.

7.5 – As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) Os lances ofertados deverão respeitar a redução mínima de **R\$ 100,00 (cem) reais**, a fim de evitar disputas infundáveis por valores irrisórios.

c) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea “a”, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6 – Para efeito de seleção será considerado o **Menor preço global**.

7.7 – O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.8 – A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.9 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.10 – A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

7.11 – É vedada a oferta de lance igual com vista ao empate.

7.12 – Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

7.13 – Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.14 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a aquisição, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 – Cada etapa competitiva terá duração máxima de **05 (cinco) minutos**.

7.17 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará se participam da licitação microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP). Em caso positivo, verificará a ocorrência de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme segue:

7.17.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.17.2 – A microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.17.3 – A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.17.4 – Não ocorrendo a contratação da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma do item 7.17.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.17.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.17.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.6 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.17.7 – O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

7.18 – O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Orçamento, decidindo, motivadamente, a respeito da mesma. Aceita a proposta, passará ao exame da habilitação da licitante. Se habilitada a licitante, o



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

Pregoeiro a declarar vencedora e abrirá prazo aos demais licitantes para manifestarem sua intenção de recurso, a qual será registrada em ata.

7.19 – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e oferta de menor preço unitário para o objeto licitado.

7.20 – Não serão consideradas, para julgamento das propostas, nenhuma vantagem não prevista no edital.

7.21 – Da sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, e da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.22 – A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Victor Graeff.

7.23 – Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8 – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 – No final da sessão, o licitante que tiver a intenção de recorrer deverá manifestar-se imediata e motivadamente, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar suas contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – A adjudicação será feita pelo *Menor preço Global*.

8.7 – Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:

8.7.1 – somente serão válidos os documentos originais;

8.7.2 – quando encaminhadas via FAX-SÍMILE ou MEIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 24 (vinte e quatro) horas, prazo em que o interessado deverá protocolar os originais junto à Prefeitura Municipal de Victor Graeff.

8.7.3 – as razões deverão ser protocoladas devidamente assinadas por seus subscritores na sede do Município de Victor Graeff, no horário de expediente, das 7h 30min. às 11:30h e das 13h às 17h, de 2ª à 6ª Feira;

8.7.4 – não protocolado na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor do recurso



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

9 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – O prazo para prestação e conclusão dos serviços licitados será de 02 (dois) meses, a contar da assinatura do contrato.

9.2 – O pagamento será efetuado em 03(três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, divididas em três de 30 em 30 dias, sendo a primeira parcela 30(trinta) dias após assinatura do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após recebimento registrado pela contratante.

9.3 – As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pelo licitante vencedor deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número deste Pregão Presencial, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.04.122.00002.2.013

ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

RUBRICA: 3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (46)

11 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 – Das obrigações da Contratante:

11.1.1 – Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, após o levantamento de campo, de quadra a quadra, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à adjudicatária as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

11.1.2 – Disponibilizar a Contratada mapa atualizado do Perímetro Urbano do Município, bem como de loteamentos e outros mapas, listagens e informações necessárias ao bom andamento dos serviços.

11.1.3 – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com os prazos estabelecidos.

11.1.4 – Se a Contratada não cumprir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração a seu juízo, reserva-se o direito de aplicar as sanções previstas neste processo com fundamentação nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, podendo em caso de aplicação de multa, descontar o respectivo valor de importâncias porventura devidas à Contratada, ou promover cobrança na forma da lei.

11.1.5 – Fornecer os Boletins de Cadastro Imobiliário (BICs) e Boletins de Cadastro de Logradouros (BCLs).

11.2 - Das Obrigações da Contratada:

11.2.1 – Responsabilizar-se-á pela execução plena do objeto desta licitação, de acordo com as normas técnicas vigentes e em estrita observância ao pactuado entre as partes.

11.2.2 – Prestar os esclarecimentos necessários em relação ao entendimento dos trabalhos durante as fases de execução.

11.2.3 – Garantir a viabilidade técnica de execução dos serviços, promovendo revisão, antes



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ou durante os serviços, se necessário.

11.2.4 – Será de exclusiva responsabilidade de a Contratada refazer, às suas expensas os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, verificada pela Contratante e desaprovada pela mesma.

11.2.5 – Obriga-se, ainda, a Contratada, na forma do § 3º do art. 13 da Lei 8.666/93, à prestação pessoal e direta do serviço de gerenciamento exclusivamente pelo(s) profissional(is) especializado(s) apresentados pela licitante vencedora.

11.2.6 – A execução do objeto desta licitação será realizada por pessoas empregadas e credenciadas pela Contratada, correndo por sua conta exclusiva toda responsabilidade pelo ônus decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias e encargos sociais, bem como serão de sua exclusiva responsabilidade todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais decorrentes da execução.

11.2.7 – Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação correrão por conta da firma adjudicatária, cabendo a contratante apenas o pagamento do preço estipulado;

11.2.8 – A Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, por si ou seus prepostos, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do objeto contratado;

11.2.9 – A adjudicatária obriga-se a executar os serviços nos prazos determinados em cronograma de metas.

11.2.10 – A Contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Responsável Técnico pelos serviços em até 30(trinta) dias a contar do início da execução do contrato.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 – Em caso de atraso injustificado na prestação dos serviços, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente aos itens em atraso. Esta multa será aplicada na hipótese de atraso não superior a 10 dias. Na hipótese de atraso superior a 10 dias ou inexecução, a multa se dará na forma do item 12.2.

12.1.1 – A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 10520/02 c/c nº 8.666/93.

12.2 – Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

I- advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

II- multa de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

III- suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevierem prejuízos para a Administração;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

12.2.1 – Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresenta-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

12.3 – A sanção de advertência de que trata o item 12.2, item I, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados no fornecimento do objeto contratado;

II – outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do Município, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

12.4 – A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do Município.

13 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

13.1 – Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer

pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório do Pregão.

13.1.1 – As petições deverão ser protocoladas junto a Prefeitura Municipal de Victor Graeff, sito na Av. João Amann, nº 690 – Centro, Victor Graeff/RS, no horário das 7h 30min. às 13:30h, de segunda à sexta-feira, dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

13.1.2 – Acolhida a impugnação que resulte na alteração no texto do edital e de seus anexos que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

13.2 – Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer o procedimento abaixo:

13.2.1 – somente serão válidos os documentos originais;

13.2.2 – quando encaminhados via FAX-SÍMILE ou MEIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 24(vinte e quatro) horas, tempo em que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto ao Município de Victor Graeff.

13.2.3 – não protocolado na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 – De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, na qual serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

14.2.1 – As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria Ata.

14.3 – Todas as propostas e documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

sessão, serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

14.4 – O comunicado de abertura de licitação, bem como do resultado do presente certame, será divulgado através do mural constante na sede do Município de Victor Graeff/RS e através do site www.victorgraeff.rs.gov.br.

14.5 – Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários, serão formalizados através de publicação em Jornal de grande circulação, no mural constante na sede do Município de Victor Graeff/RS e por meio eletrônico junto ao site www.victorgraeff.rs.gov.br.

14.6 – Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

14.7 – Integram o presente Edital:

Anexo I – Minuta de contrato;

Anexo II – Especificações dos Serviços;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração Cumprimento Art. 7º da Constituição Federal;

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo;

Anexo VI - Modelo de Declaração em Atendimento ao Inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Vistoria

Anexo VIII – Cronograma de Metas de Serviços

14.8 – A qualquer tempo está licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

14.9 – Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 07h30min às 13h30min, de segundas as sextas feiras, na Prefeitura Municipal, fones (054) 3338 - 1244 ou 1231, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Setor de Compras e Licitações.

Victor Graeff/RS; 10 de Janeiro de 2017.

CLÁUDIO AFONSO ALFLEN

Prefeito Municipal

ADRIANA AZEVEDO

Pregoeira

MARCELO BOHN

OAB/RS 96.645

Procurador Geral



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº ____/____.
Pregão Presencial nº 1/2017
Processo Licitatório nº 4/2017

O MUNICÍPIO DE VICTOR GRAEFF-RS, com sede na Avenida João Amann, nº 690, CNPJ nº 87.613.485/0001-77, doravante denominado apenas **CONTRATANTE**, neste ato representante por seu Prefeito Municipal, **Sr. CLÁUDIO AFONSO ALFLEN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Victor Graeff/RS, portador do CIC nº. 397.723.900-78, e, do outro lado a empresa -----, CNPJ nº -----, estabelecida na -----, nº -----, CEP nº -----, -----, neste ato representada pelo sócio-gerente, Sr. -----, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem justo e contratado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Pregão Presencial Nº 1/2017, ajustam o presente contrato consoante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de cadastramento e recadastramento imobiliário, abrangendo a coleta, processamento e edição de dados cadastrais, a implantação de sistema de informação geográfica, consultoria especializada, suporte técnico e assistência nos produtos e serviços de elaboração da rede geodésica, processamento de imagem de satélite e recadastramento imobiliário da área urbana do município de Victor Graeff, sendo:

1.2 – Aspectos Gerais do Cadastramento e Recadastramento Imobiliário:

1.2.1 Elaboração de uma Rede de Referência Cadastral Municipal, plano local topográfico, elaboração de monografia de vértices geodésicos, elaboração de Minuta de Lei;

1.2.2 - Imagem de satélites de alta resolução e pós processamento, com as características dos produtos relativos a imagem de satélites a serem fornecidos para a Prefeitura Municipal;

1.2.3 - O produto cartográfico digital final, será uma imagem de satélite georreferenciada e ortorretificada, aplicável e escala padrão de exatidão cartográfica.

1.2.4 - Cadastramento e recadastramento imobiliário, nesta etapa de projeto, serão levantados novos imóveis, assim como existentes serão revisados, e posteriormente atualizados, com utilização de imagens de satélite, levantamento de dados dos contribuintes, confrontações e atualização dos dados, verificação in-loco de cada unidade (lote por lote e prédio por prédio), atualizando-os em todos seus aspectos cadastrais constantes e medição, atualização e classificação in-loco das áreas construídas. Cadastramento de todas as áreas novas, sejam prediais ou territoriais situadas dentro do perímetro urbano do município. Aplicação de uma metodologia informatizada na coleta de dados georreferenciados e desenhos in-loco dos croquis que representam as plantas baixas das edificações, geograficamente localizados nos terrenos e integrados as fotos de fachada, para atualização e complementação de bases cartográficas existentes, atualização e complementação de arquivos de imagens existentes e



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

atualização e complementação dos cadastros técnicos municipais existentes, integrados e georreferenciados. Conferência da numeração predial para fins de atualização de endereço junto ao cadastro imobiliário urbano. Identificação nas faces de quadras dos serviços visíveis e mensuráveis, de acordo com o boletim de cadastro de logradouros (tipo de pavimentação, serviços públicos, dentre outros). Atualização dos mapas de cada quadra, representando os lotes e prédios, utilizando a mesma convenção dos desenhos já existentes. Tomada da fotografia de fachadas dos imóveis, sendo que cada unidade deverá possuir, no mínimo, 01 fotografia.

1.2.5 - Geração da base cartográfica (Mapeamento cartográfico digital). Todo o mapeamento deverá seguir os padrões estabelecidos pela Decreto/Lei Federal 89.717 e normas do ISSO 19000, que trata da padronização de informações e sistemas geográficos.

1.3.2. A Contratada deverá manter na coordenação dos serviços de campo em Victor Graeff, profissional legalmente habilitado, com comprovada experiência técnica, o qual será o responsável em manter o contato direto e permanente entre a empresa e a Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ ----- (-----)** pela prestação dos serviços propostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.04.122.00002.2.013

ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

RUBRICA: 3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (46)

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado em 03(três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, divididas em três parcelas de 30 em 30 dias, sendo a primeira parcela 30(trinta) dias após assinatura do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após recebimento registrado pela contratante.

4.2 – A CONTRATADA ficará sujeita a retenção de 11% sobre o total da fatura nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, sendo passível de deduções conforme regulamentos do INSS e a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, sobre alíquota correspondente de acordo com a lista de serviços constantes no Artigo 2º da Lei Municipal 2718/2003 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 – O prazo para execução dos serviços será pelo período de 02 (dois) meses, a contar da ordem de início dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Dos Direitos

6.1.1 – Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2 – Das Obrigações

6.2.1 – Constituem obrigações da CONTRATANTE:



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar a **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, após o levantamento de campo, de quadra a quadra, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à adjudicatária as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- d) disponibilizar a Contratada mapa atualizado do Perímetro Urbano do Município, bem como de loteamentos e outros mapas, listagens e informações necessárias ao bom andamento dos serviços;
- e) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com os prazos estabelecidos;
- f) se a Contratada não cumprir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração a seu juízo, reserva-se o direito de aplicar as sanções previstas neste processo com fundamentação nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, podendo em caso de aplicação de multa, descontar o respectivo valor de importâncias porventura devidas à Contratada, ou promover cobrança na forma da lei;
- g) fornecer os Boletins de Cadastro Imobiliário (BICs) e Boletins de Cadastro de Logradouros (BCLs).

6.2.1 – Constituem obrigações da **CONTRATADA:**

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a **CONTRATADA** e seus empregados;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- f) responsabilizar-se-á pela execução plena do objeto desta licitação, de acordo com as normas técnicas vigentes e em estrita observância ao pactuado entre as partes;
- g) prestar os esclarecimentos necessários em relação ao entendimento dos trabalhos durante as fases de execução;
- h) garantir a viabilidade técnica de execução dos serviços, promovendo revisão, antes ou durante os serviços, se necessário;
- i) será de exclusiva responsabilidade da Contratada refazer, às suas expensas os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, verificada pela Contratante e desaprovada pela mesma;
- j) obriga-se, ainda, a Contratada, na forma do § 3º do art. 13 da Lei 8.666/93, à prestação pessoal e direta do serviço de gerenciamento exclusivamente pelo(s) profissional (is) especializado(s) apresentados pela licitante vencedora;
- k) a execução do objeto desta licitação será realizada por pessoas empregadas e credenciadas pela Contratada, correndo por sua conta exclusiva toda responsabilidade pelo ônus decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias e encargos sociais, bem como serão de sua exclusiva responsabilidade todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais decorrentes da execução;



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

l) todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação correrão por conta da firma adjudicatária, cabendo a contratante apenas o pagamento do preço estipulado;

m) a Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, por si ou seus prepostos, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do objeto contratado;

n) a Contratada obriga-se a executar os serviços nos prazos determinados em cronograma de metas;

o) a Contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Responsável Técnico pelos serviços em até 30 (trinta) dias a contar do início da execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS SOCIAIS

7.1 – A **CONTRATADA** se obriga a manter sob sua exclusiva conta todos os servidores e operários empregados nos serviços, que deverão estar por ela segurados contra riscos de acidentes de trabalho, observadas, também, as prescrições das Leis Trabalhistas e Previdência Social, seus regulamentos e portarias, ficando a **CONTRATADA** como única e exclusiva responsável por todas as infrações em que incorrer.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – Este contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da Administração nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

c) judicialmente, nos termos da legislação.

9.2 – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, bem como na assunção dos serviços pela **CONTRATANTE** na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Independentemente das sanções penais cabíveis e da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do Artigo 87 da Lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras, prevista no mesmo diploma legal:

a) advertência;

b) multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Não Me Toque, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Victor Graeff/RS; -- de ----- de 2017.

CLÁUDIO AFONSO ALFLEN

Prefeito Municipal

Contratante

CNPJ nº. -----
Contratada

Testemunhas:

1. _____

2. _____



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. OBJETO: Contratação de uma empresa para coleta, processamento e edição de dados cadastrais, na implantação de sistema de informação geográfica, consultoria especializada, suporte técnico e assistência nos produtos e serviços de elaboração da rede geodésica, processamento de imagem de satélite e recadastramento imobiliário da área urbana do município de Victor Graeff.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. DESCRIÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Victor Graeff, sito a Avenida João Amann, nº 690, Bairro Centro, contatos pelo telefone 54.3338.1244/1273, ou e-mail gabinete.prefeituravg@gmail.com com Marcos Nadir Vieira dos Santos.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Um levantamento de dados para recadastramento imobiliário Municipal, da área urbana do município de Victor Graeff com aproximadamente 1.100 (hum mil e cem) imóveis, atualizando assim o cadastro municipal e proporcionando um incrementando a arrecadação, e consequentemente aumentando a produtividade da fiscalização municipal. Esta empresa deverá prestar a coleta, processamento e edição de dados cadastrais, também acompanhamento técnico e jurídico a fiscalização municipal, a fim de auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos como elaboração de Minuta de Lei.

2.3. PRAZOS: O tempo de execução dos trabalhos será de 2 (dois) meses contados a partir da ordem de serviços, para que possamos ter um incremento na arrecadação do IPTU para o ano de 2017.

3. JUSTIFICATIVA: O Cadastro de Imóveis Urbanos do Município de Victor Graeff tem 750 (setecentos e cinquenta) imóveis com incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU e/ou taxas, e que conforme já constatados pelo setor de fiscalização do município há muita divergência entre o cadastro do município e o imóvel em si, pois existem muitos imóveis que sofreram ampliações com o passar dos anos e não foram alterados no cadastro, existem diversos loteamentos e desmembramentos irregulares, e outros.

O Código Tributário do Município de Victor Graeff, Lei Municipal nº 080/1992, e todos os valores referente a tabelas que compõe o índice para calculo do IPTU estão desatualizados, mesmo sofrendo a correção monetária ano após ano, ficaram muito abaixo dos valores praticados comercialmente nos dias atuais.

O Setor de Fiscalização do Município de Victor Graeff é composto por apenas um servidor, e atende diversas áreas como: Obras, Posturas e Tributos, e este não possui qualificação técnica para fazer as medições, assinar laudos e demais serviços de ordem técnica para alterações no cadastro dos imóveis.

4. METAS FÍSICAS: Os setecentos e cinquenta imóveis que tem incidência de Taxas e/ou do IPTU, após o lançamento e posterior recolhimento dos valores apurados com o desconto de dez por cento previsto em decreto, deverão ao final do ano de 2017 ter gerado uma arrecadação aproximada de cento e sessenta e cinco mil reais aos cofres públicos.

Com o lançamento dos imóveis que hoje não estão no cadastro, com o lançamento das ampliações que não foram apresentados os projetos para regularização, com a atualização das



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

plantas de valores para cálculo do IPTU, e outras medidas que deverão ser tomadas com o desenvolvimento do levantamento, deveremos ter um acréscimo de mais de cem por cento na arrecadação do IPTU. Além do incremento na arrecadação própria do município também teremos um cadastro atualizado, com mapas e demais dados que a administração precisa para fazer seus projetos para ordenar melhor a área urbana de Victor Graeff.

5. PERÍODO DE EXECUÇÃO: A empresa contratada terá o prazo de 02 (dois) meses, após a assinatura do contrato, para execução dos serviços, ou seja, neste prazo deverão ser implementados: o levantamento de dados para recadastramento imobiliário municipal, a elaboração de rede geodésica municipal, a aquisição de imagem de satélite de alta resolução e pós- processamento, o cadastramento e recadastramento do imobiliário e o mapeamento cartográfico digital.

6. VALOR TOTAL ESTIMADO: Estimamos que para a elaboração da rede geodésica, o processamento de imagem de satélite, o cadastramento e recadastramento imobiliário, deveram ter um custo aproximado de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.

7. ORÇAMENTO DETALHADO: A empresa a ser contratada deverá dentro do prazo determinado compreender a aquisição, processamento, edição e finalização dos trabalhos a serem realizados, sendo os serviços a serem realizados:

7.1. Elaboração de uma Rede de Referência Cadastral Municipal, plano local topográfico, elaboração de monografia de vértices geodésicos, elaboração de Minuta de Lei;

7.2. Imagem de satélites de alta resolução e pós processamento, com as características dos produtos relativos a imagem de satélites a serem fornecidos para a Prefeitura Municipal;

7.3. O produto cartográfico digital final, será uma imagem de satélite georreferenciada e ortorretificada, aplicável e escala padrão de exatidão cartográfica.

7.4. Cadastramento e recadastramento imobiliário, nesta etapa de projeto, serão levantados novos imóveis, assim como existentes serão revisados, e posteriormente atualizados, com utilização de imagens de satélite, levantamento de dados dos contribuintes, confrontações e atualização dos dados, verificação in-loco de cada unidade (lote por lote e prédio por prédio), atualizando-os em todos seus aspectos cadastrais constantes e medição, atualização e classificação in-loco das áreas construídas. Cadastramento de todas as áreas novas, sejam prediais ou territoriais situadas dentro do perímetro urbano do município. Aplicação de uma metodologia informatizada na coleta de dados georreferenciados e desenhos in-loco dos croquis que representam as plantas baixas das edificações, geograficamente localizados nos terrenos e integrados as fotos de fachada, para atualização e complementação de bases cartográficas existentes, atualização e complementação de arquivos de imagens existentes e atualização e complementação dos cadastros técnicos municipais existentes, integrados e georreferenciados. Conferência da numeração predial para fins de atualização de endereço junto ao cadastro imobiliário urbano. Identificação nas faces de quadras dos serviços visíveis e mensuráveis, de acordo com o boletim de cadastro de logradouros (tipo de pavimentação, serviços públicos, dentre outros). Atualização dos mapas de cada quadra, representando os lotes e prédios, utilizando a mesma convenção dos desenhos já existentes. Tomada da fotografia de fachadas dos imóveis, sendo que cada unidade deverá possuir, no mínimo, 01 fotografia.

7.5. Geração da base cartográfica (Mapeamento cartográfico digital). Todo o mapeamento



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

deverá seguir os padrões estabelecidos pela Decreto/Lei Federal 89.717 e normas do ISSO

19000, que trata da padronização de informações e sistemas geográficos.

8. FORMAS DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado em 03(três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, divididas em três parcelas de 30 em 30 dias, sendo a primeira parcela 30(trinta) dias após assinatura do contrato, mediante entrega da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, após recebimento registrado pela contratante.

9. OBRIGAÇÃO DAS PARTES: A empresa a ser contratada deverá ser responsável por todas as despesas de instalação, hospedagem e atualização do sistema, suportes periódicos de apoio ao município nas definições de estratégias e ações a serem realizadas pela fiscalização municipal, ministrar treinamentos sobre o sistema para os servidores municipais, elaborar manuais informativos direcionados aos diversos tipos de usuários, manter corpo técnico operacional e tributário para suporte aos usuários do sistema, segurança do sistema. O município deverá permitir o acesso a funcionários da empresa contratada, desde que devidamente identificados, com o propósito de instalação, manutenção ou qualquer atividade relativa à implantação e execução do sistema e efetuar o pagamento de acordo com o contrato.

10. FISCALIZAÇÃO: A fiscalização dos trabalhos executados pela empresa deverão ser avaliados mensalmente através de relatórios mensais enviados para o Secretário Municipal de Administração e Fazenda.



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 4/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.

A empresa -----, CNPJ nº -----, através do presente, credencia o (a) Sr(a). -----, portador da cédula de identidade nº. -----, CPF nº. -----, a participar da licitação instaurada pelo Município de *VICTOR GRAEFF*, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº. 1/2017, na qualidade de *REPRESENTANTE LEGAL*, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

-----, --- de ----- de 2017.

Representante Legal



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO

PROCESSO Nº 4/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.

À Comissão de Licitações

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial Nº. 1/2017, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

-----, --- de -----de 2017.

CNPJ Nº:

Razão Social:

Representante Legal



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROCESSO Nº 4/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.

À Comissão de Licitações

Declaro, sob as penas da lei, para fins do Pregão Presencial Nº. 1/2017 que a empresa --
-----, não foi declarada inidônea, para licitar ou contratar com a
Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, bem como
comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação,
que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e
idoneidade econômico-financeira.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

-----, --- de -----de 2017.

Representante Legal



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º
DA LEI Nº 10.520/2002.**

PROCESSO Nº 4/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.*

À Comissão de Licitações

Em atendimento ao inciso VII, do Artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002,
declaramos que a empresa -----, CNPJ nº ----- cumpre
plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Presencial nº 1/2017.

-----, --- de -----de 2017.

Representante Legal



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

PROCESSO Nº 4/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.*

Razão Social: -----

CNPJ nº: -----

Endereço: -----

Na qualidade de representante da empresa acima descrita, declaro ter vistoriado os mapas referentes ao Perímetro Urbano do Município e o Cadastro Imobiliário conforme Pregão Presencial nº 1/2017, ficando ciente de todas as condições a serem consideradas na formulação da proposta financeira.

-----, --- de -----de 2017.

Representante Legal



MUNICIPIO DE VICTOR GRAEFF

Av. João Amann, 690 – Centro

Victor Graeff - RS, 99350-000

(54) 3338-1244

www.victorgraeff.rs.gov.br

ANEXO VIII

CRONOGRAMA DE METAS DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 4/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 1/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO.

Atividade	Prazo